

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA (SIAB)

O SIAB incorporou em sua formulação conceitos como território, problema e responsabilidade sanitária, completamente inserido no contexto de reorganização do SUS no país, o que fez com que assumisse características distintas dos demais sistemas existentes. Ou seja, o SIAB era um SIS territorializado, pois fornecia indicadores populacionais (morbidade, mortalidade e de serviços) de uma determinada área de abrangência. Isso foi um avanço à época, pois era possível conhecer as condições de saúde dessa população adscrita, bem como os fatores determinantes do processo saúde-doença.

O SIAB era uma fonte de dados de grande valor para a realização do diagnóstico de saúde de determinada área de abrangência, norteando o planejamento e a avaliação de ações em saúde, entretanto, não era capaz de refletir a complexidade e heterogeneidade das várias realidades municipais e dos diferentes níveis de gestão do SUS.

Era comum entre profissionais da APS a alegação de que a utilização do SIAB se resumia ao preenchimento de fichas e à elaboração de relatórios. As informações não eram utilizadas para subsidiar o planejamento e a avaliação das ações, que tampouco foram incorporadas na rotina dos serviços. Tais limitações impunham a necessidade de criação de um SIS menos burocrático, rápido e que possibilitasse a inserção de informações individualizadas, e não mais agregadas em relatórios.

Diante disso, o Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 1.412, de 10 de julho de 2013, substituiu o SIAB pelo Sistema de Informação da Atenção Básica (SISAB).

